

## ATA DA DUCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL -

1 Aos vinte e oito dias do mês fevereiro do ano de dois mil e doze, às nove horas e trinta realizou-se a  
2 Ducentésima Octogésima Quinta Reunião Extraordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal, no  
3 Auditório do Edifício Lino Martins Pinto, 5º andar, com a presença da Secretária Executiva do CSDF  
4 Ivanda Martins Cardoso e dos **Conselheiros Titulares**: Fernanda Nogueira, Renilson Rehem, José  
5 Bonifácio Carreira Alvim, José Arnaldo Pereira Diniz, Maria Natividade Gomes da S. T. Santana, João  
6 Cardoso da Silva, Lucilene Úrsula Loriato Morelo, Antonio Agamenon Torres Viana, Paulo Pires, Sérgio  
7 Ramos de Freitas, Helvécio Ferreira da Silva, Célia Maria Nunes, Nilce Resende Soléo, Antonio Carlos  
8 Pinho de Melo, Yara Dias Silva, Antonio Lisboa Gonçalves, Francisco Holanda Bonfim, Michel Platini  
9 Gomes Fernandes e dos **Suplentes**: Jose Carlos Valença, Lucas Cardoso Veras Neto, Edi Sinedino  
10 Oliveira Sousa, Andreza Monforte Miranda, Margareth Oliveira de Souza, Gracielly Alves Delgado,  
11 Andrea Thatiane Barbosa Magalhães, Regina Lucia Pinto Cohen, Lourdes Cabral Piantino e **Dentre os**  
12 **convidados destacaram-se a Deputada Distrital Eliana Pedrosa, o Promotor de Justiça Jairo Bisol,**  
13 **a Deputada Federal Érika Kokai e outros.** Justificaram a ausência na reunião, os conselheiros Rafael  
14 de Aguiar Barbosa, Tiago Sousa Neiva e Armando Martinho Bardou Raggio. **ITEM 01 - Aprovação da**  
15 **pauta da 285ª Reunião Extraordinária do CSDF.** Após conferir o quorum foi colocada em aprovação  
16 a Pauta da 285ª RE pela Secretária do CSDF Ivanda Martins Cardoso, sendo aprovada por unanimidade.  
17 Na ausência do Presidente do CSDF e não havendo eleição para escolha da substituição, a Coordenação  
18 da Mesa ficou sob a responsabilidade dos Conselheiros: Michel Platini e Helvécio Ferreira da Silva,  
19 membros da Mesa Diretora do CSDF e da Secretária Executiva do CSDF Ivanda Martins Cardoso.  
20 **ITEM 02 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:** Apresentação do conselheiro José Bonifácio Carreira  
21 Alvim. 1- Discussão do modelo de Gestão das UPAS e PESF: Gestão Terceirizada X Gestão Publica. O  
22 conselheiro Helvécio esclareceu que a necessidade da reunião extraordinária deu-se por falta de uma  
23 discussão sobre o processo de gestão/gerenciamento das UPAs no DF. O conselheiro Bonifácio,  
24 cumprimentando a todos colocou que a recomendação do Secretário de Saúde do DF Rafael de Aguiar  
25 Barbosa sobre o modelo de gestão para deliberação no CSDF das UPAS e PSF aconteceria em outra  
26 reunião com a presença do Governador que havia se colocado a disposição para as devidas explicações.  
27 Ressaltou que as discussões estão acontecendo seguindo a Resolução nº 018/2010 e que hoje a SES-DF  
28 tem todas as dificuldades para contratação de profissionais de saúde principalmente médicos. Ressaltou  
29 que a Subsecretária de Gestão de Pessoal Maria Natividade Santana, poderia estar esclarecendo as  
30 dificuldades que a SES-DF enfrenta na contratação de pessoas. Relatou que algumas especialidades  
31 como Pediatra, Anestesiata, Cirurgião poderão ser contratados temporariamente com um salário  
32 diferenciado, devido a falta desses profissionais no mercado, haja visto que essa modalidade de  
33 contratação não faz jus ao 13º salário, férias e outras vantagens do funcionalismo público, além disso há  
34 o impedimento de contratação pela Lei de Responsabilidade Fiscal que determina o gasto com pessoal.  
35 Sobre o fechamento da UPA, a SES-DF não pactua com a informação de que as condições de trabalho  
36 não permitem atendimento à comunidade e que embora seja oferecido um salário diferenciado ao  
37 Pediatra pela contratação temporária está difícil por que está faltando pediatra no mercado brasileiro. Em  
38 torno de 4700 médicos contratados a serviço da RIDE – Rede Integrada do Entorno e contando que a  
39 maioria da população tem plano de saúde, esse quantitativo supre a necessidade para o atendimento.  
40 Colocou que em 2007 e 2009 houve diminuição desses profissionais em virtude da aposentadoria, bem  
41 como, devido à incorporação do Hospital de Santa Maria. No entanto, embora aconteça aposentadoria, o  
42 inativo continua na folha de pagamento dificultando a questão já referida anteriormente, a Lei de  
43 Responsabilidade Fiscal. Portanto, dentro deste contexto é responsabilidade do gestor buscar soluções  
44 alternativas dentro da legalidade e da Lei Orgânica de Saúde 8080. Obviamente outras discussões  
45 surgirão e as dúvidas sanadas. O conselheiro Helvécio colocou que atos se praticam, formalizam como  
46 foi o caso da publicação do Edital pela SES-DF convocando as Organizações Sociais sem passar pelo  
47 CSDF. Que o momento é diferente de 2009 e 2010 quando o CSDF aprovou o modelo das UPAS por  
48 organizações sociais e que o Secretário de Saúde deve encaminhar o projeto para se definir qualquer  
49 modelo com os detalhes necessários para ser definido no CSDF em cima de um Projeto Básico bem  
50 detalhado. Assim sendo, o CSDF se manifestará com suas propostas, solicitou que Bonifácio  
51 esclarecesse em que bases formais o Governo realizou essa chamada. O conselheiro Agamenon iniciou  
52 falando do documento do Ministério Público veiculado na reunião. No seu ponto de vista a SES-DF não

53 pode aproveitar a discussão que se deu no Conselho anterior, pois era outro momento político, a SES-DF  
54 não pode agir dessa forma, colocando de “goela” abaixo os atos sem nenhuma discussão e que o CSDF  
55 precisa se manifestar e deliberar sobre o modelo de gestão da saúde no DF. Na seqüência propôs tornar  
56 sem efeito o edital, caso o CSDF tenha poder, por conta da falta de apresentação do Projeto por parte do  
57 Governo a esse Órgão. O conselheiro Michel Platini submeteu ao Plenário à abertura de fala aos  
58 convidados. Concedido por unanimidade. A representante do Guará, Fátima Rola, solicita uma posição  
59 da SES-DF sobre como irá funcionar a UPA da Samambaia. O conselheiro Bonifácio informou que a  
60 Subsecretária Natividade já está realizando o chamado de profissionais para sanar essa situação. O  
61 conselheiro Michel colocou que a comunidade precisa de uma resolução imediata e que hoje não pode  
62 ser deliberado sobre o modelo da UPAS, mais que é possível tomar uma posição sobre a anulação da  
63 interdição pelo CRM-DF. Ressaltou que até o chamado dos contratados precisa passar pelo CSDF e que  
64 gostaria de ouvir o Dr. Jairo Bisol e TCU para tirar uma decisão política. Propõe-se necessário acabar  
65 com o modelo hospitalocêntrico e o encaminhamento imediato para anulação da Resolução nº 18/2010.  
66 O conselheiro Bonifácio considerando as diferentes situações de pergunta à gestão solicita que a cada  
67 três ou quatro falas o gestor possa responder e que a discussão sobre qualquer deliberação ocorra em  
68 outro momento. A conselheira Nilce da Pastoral da Saúde falou sobre as dificuldades do serviço de saúde  
69 e que o elevador do Hospital Regional de Taguatinga está quebrado há um ano. Interrogando como  
70 vamos querer criar UPAS sem melhorar a Rede Geral, sugerindo que a SES-DF humanize os serviços e  
71 principalmente os médicos desde a faculdade. A conselheira Úrsula realizou sua fala em defesa da  
72 Resolução aprovada em 2010 considerando o contexto aprovado naquele momento. Ressaltou que o  
73 CSDF é sempre o mesmo e pensa que a Resolução nº 18/2010 teve sua aprovação considerando uma  
74 História e defendendo que quem estava naquele tempo se aprovou a Resolução foi por que tinha suas  
75 justificativas. Posicionou-se contra a terceirização na Saúde do DF, lembrou a todos que a 8ª Conferência  
76 de Saúde não aprovou a terceirização na Saúde. Ao final lembrou que a SES-DF no início do Governo  
77 havia contratado a Cruz Vermelha efetivando na ocasião um pagamento de 36 milhões. A conselheira  
78 Yara Dias defendeu as UPAS por que conhece o serviço e o atendimento intermediário diminui a  
79 demanda no Hospital. O conselheiro Bonifácio respondendo ao primeiro bloco de falas colocou que o  
80 desvio de verba da saúde não é verdade o que acontece é que ao final de cada ano é realizado remanejo  
81 de empenho e desconhece a história de gestão pela Cruz Vermelha, que a SES-DF está procurando  
82 equipar e resolver a situação de infra-estrutura, como a reforma das UTIs e o aumento dos seus leitos.  
83 Referiu a dificuldade na compra de insumos em detrimento da transferência da Central de Compras para  
84 o Governo o que o leva a priorizar de forma igual os insumos. Lembrou que a Saúde em Casa - PSF no  
85 governo de Cristovam foi gestado pelo Instituto Candango de Solidariedade aprovado na época pelo  
86 CSDF. Quanto à 8ª Conferência de Saúde do DF, aprovou a parceria pública e privada por grande  
87 maioria de votos e que o governo não está propondo qualquer proposta irregular. O conselheiro regional  
88 de Sobradinho Aécio propôs a necessidade de privatizar a gestão da SES-DF. O conselheiro Regional de  
89 São Sebastião Vilson defendeu a necessidade de uma UPA em São Sebastião que funcione a contento  
90 por que a existente foi construída em lugar inadequado e, lembrou que o terceiro turno proposto pelo  
91 governo nunca foi implantado. O conselheiro João Cardoso reforçou que essa discussão só está  
92 acontecendo dessa maneira por falta de planejamento e dos encaminhamentos errados da SES-DF.  
93 Considera necessária uma estratégia correta pelo governo e que a terceirização é um atestado de  
94 incompetência. A conselheira Natividade inicia sua fala parabenizando o Controle Social e que o  
95 Governo tem desde o início compreendido a importância deste. Informou sobre a contratação  
96 emergencial, as dificuldades de contratação de profissional médico, sobre a seleção simplificada dentro  
97 da legalidade como ocorreu o processo. Ressaltou que não foram realizadas inscrições em algumas áreas,  
98 que seria publicado naquele dia o edital de convocação dos médicos e para os demais profissionais de  
99 saúde no dia seguinte 29/02/2012. Referiu que brevemente sairá o edital para outro concurso e que confia  
100 na responsabilidade dos gestores da SES-DF no encaminhamento das suas tarefas. Por fim solicitou ao  
101 Dr. Jairo Bisol em face a proposta do conselheiro para tornar sem efeito a Resolução nº 018/2010 de  
102 25/05/2010, perguntou ao ilustre membro do Ministério Público presente na Reunião, Dr. Jairo Bisol,  
103 como é possível tornar sem efeito uma Resolução que já causou efeito no mundo material. Com todo  
104 respeito que tenho pelo Controle Social minha história na Reforma Sanitária e, de controlista que todos

105 conhecem, não poderia agir de forma diferente. Não tendo até o momento, informações de que o pleno  
106 do conselho anterior a este, tenha sido declarado ilegal, por qualquer instituição, Ministério Público ou  
107 outra. Portanto as suas deliberações, desde que contestadas, são válidas até o presente. Dr. Jairo Bisol  
108 lembrou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no sentido de evitar privatização e considera que o  
109 governo não tem claro um projeto para a Saúde. Nesse contexto, contratação de profissionais, por  
110 organizações sociais, não pode acontecer como saída. Lembrou a reunião do TCU – MPDF em dezembro  
111 com o Secretário de Saúde, onde este havia colocado que não iria realizar terceirização. Informou sobre  
112 os documentos enviados pelo Ministério Público relativos aos gastos efetivados em torno de trinta  
113 milhões para a construção de UPAS no governo anterior e que estão sendo investigados estes custos. Ao  
114 responder à Conselheira Natividade, colocou que a resolução pode ser revogada para o futuro, podendo  
115 ser discutida para as quatro UPAS. Considera que a Lei está sendo interpretada de forma cínica pela  
116 gestão no que refere a Lei de responsabilidade fiscal para defender a contratação por outras vias que é  
117 falso o argumento. Nesse sentido propõe que seja respeitado o TAC. Conselheiro Regional de  
118 Taguatinga José Simões criticou o modelo de gestão – segundo o conselheiro se a SES não tem  
119 competência para gerir a Saúde, que contratem gestores para resolver a situação. A Deputada Eliana  
120 Pedrosa, criticou o serviço referiu que a SES-DF está tendo dificuldades para atender a comunidade, é  
121 contra a terceirização e que a Câmara tem aprovado todas as solicitações da SES-DF e principalmente  
122 para contratar servidores. Informou que durante o carnaval foi a vários serviços de Saúde da SES/DF,  
123 constatando as dificuldades no atendimento ao usuário. O conselheiro Bonifácio ao responder as  
124 interpelações justificou a construção das UPAS, ressaltou que a Câmara tem aprovado os projetos para  
125 Saúde. Porém, informou a impossibilidade de contratar os dez mil funcionários aprovados pela Câmara  
126 em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal. O convidado Osvaldo Bonetti, representando a ABEN-DF  
127 considera a necessidade de novos recursos para a saúde além dos existentes. Ao defender as UPAS  
128 colocou que é preciso que a SES-DF discuta com o CSDF já que é uma estratégia para melhorar à  
129 atenção. Ressaltou a precarização do trabalho temporário. Informou que a ABEN- Sergipe ao fazer um  
130 contrato com a prefeitura relativo aos recursos humanos para trabalhar nos serviços de saúde, sofreu  
131 grandes prejuízos por que a prefeitura não assumiu os compromissos com os trabalhadores ao final do  
132 contrato. A Deputada Erica Kokai reconhece que o governo tem trabalhado de forma diferente com o  
133 Conselho de Saúde, embora precisa ter um entendimento de que este é um órgão deliberativo para as  
134 decisões do Governo. Lembrou que na gestão do Augusto Carvalho, este funcionava no Gabinete do  
135 mesmo. Ressaltou que embora o Governo Cristovam tenha tido uma relação diferente com o Programa  
136 Saúde em Casa, após não deu certo por que era gestado por uma organização social e que o Governo  
137 seguinte não considerou importante continuar com sua execução. Considera que se a Gestão tivesse sido  
138 realizada pelo próprio Governo o mesmo teria tido a sua continuidade. Defendeu o SUS público sem  
139 gestão terceirizada. Gorete Lima referiu que tanto o Dr. Jairo Bisol como as respectivas Deputadas  
140 deveriam ter permanecido no Plenário para ouvir as manifestações, suas falas principalmente do Gestor  
141 da SES-DF. Considera importante uma discussão sobre as empresas terceirizadas como a SANOLI  
142 (alimentação) e das várias empresas que prestam serviços a limpeza. Solicitou que o CSDF se  
143 manifestasse pela aprovação do 14º e 15º salários da Câmara. A conselheira Gracielly leu a proposta do  
144 Governo para a Saúde e criticou a gestão realizada em Santa Maria pela Real Sociedade Espanhola.  
145 Solicitou que fosse colocada em prática a proposta da Fundação Hospitalar do DF, defendendo que esta  
146 dava maior agilidade aos processos, e propôs que não fossem utilizados artifícios para terceirizar a  
147 Saúde. O conselheiro Paulo lembrou a verba de oito milhões do Programa de Aceleração do Crescimento  
148 - PAC do Governo Federal para os Estados e referiu as condições inadequadas dos trabalhadores de  
149 Agentes Comunitários de Saúde (conga, coletes individuais etc.). A conselheira gestora Vanise do Guará  
150 defendeu o trabalho do governo, criticou a fala da Deputada Eliana Pedrosa que seria importante ela  
151 visitar todas Regionais, conhecer o trabalho dos profissionais de saúde para não ficar fazendo críticas  
152 sobre alguns momentos e lugares. Resgatou que o funcionamento do Guará tem procurado corresponder  
153 às necessidades da comunidade e que há comprometimento da gestão para que a Saúde de certo. Na sua  
154 opinião, falta visibilidade para as demandas realizadas pelo Governo na área da saúde. A conselheira  
155 Sabina de Samambaia faz um apelo ao CRM para discutir com a comunidade ato de fechamento de  
156 qualquer serviço. Ressaltou que o CRM-DF esqueceu-se da existência de um Conselho Regional. Referiu

157 que a UPA atende a comunidade, com isso o Conselho Regional organizou uma mobilização no dia  
158 17/02/2012 em defesa da UPA, culminando com um abraço a este serviço e que infelizmente a mídia não  
159 compareceu ao local. O conselheiro Lucas considera que a imprensa só comparece quando a interessa e  
160 que só realiza as perguntas para os que não foram atendidos. O conselheiro Bonifácio ressaltou que a  
161 maioria das falas foram realizadas para a platéia, principalmente as das Deputadas e do Dr. Jairo Bisol.  
162 Considera que a SES-DF precisa avançar a discussão sobre o modelo de gestão e que naquele momento  
163 considera um risco qualquer encaminhamento propondo a continuidade desta discussão na próxima  
164 Reunião Ordinária do Conselho com a presença do Secretário de Saúde e do Governador. O conselheiro  
165 Helvécio defendeu o Regimento e justificou a necessidade da reunião para debate acerca dos temas já  
166 que os mesmos são assuntos distintos. A conselheira Fernanda solicitou esclarecimento sobre as  
167 Resoluções se tem objetos diferentes e específicos. O conselheiro Agamenon solicitou uma questão de  
168 ordem considerando o horário e o esvaziamento do plenário – que os encaminhamentos fiquem para  
169 serem aprovados na próxima reunião. O conselheiro Michel solicitou a devolução dos dois processos – 1-  
170 Projeto de Descentralização dos Serviços do Componente da Assistência Farmacêutica/SES-DF e 2 –  
171 Plano de Enfrentamento de Epidemia de HIV/Aids, considerando a emergência da situação. Foi  
172 solicitada pelo conselheiro Michel uma reunião em tempo integral para finalizar as demandas relativas ao  
173 processo ou uma reunião extraordinária. Foi aprovada a reunião extraordinária. Para constar, eu, Maria  
174 Goreti Lima lavrei a presente ata para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros.